

Assembleia apoia Movimento Abril Verde

□ *Sede tem iluminação especial em alerta sobre acidentes e segurança do trabalhador*

O Palácio da Inconfidência, sede da Assembleia de Minas (ALMG), está iluminado de verde em apoio ao movimento *Abril Verde*, que busca alertar para a questão da segurança e da saúde do trabalhador brasileiro, com foco na redução dos acidentes. A iluminação foi inaugurada na última segunda-feira (24) e permanecerá até amanhã (28).

“ Custos gerados pelos acidentes de trabalho representam cerca de 3,8% do PIB do Brasil ”

A escolha do mês se deu porque, em 2003, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) instituiu a data de 28 de abril como o Dia Mundial da Segurança e Saúde no Traba-

lho. Em âmbito nacional, a Lei Federal 11.121, de 2005, definiu a data como o Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho.

A OIT aponta que, a cada ano, mais de dois milhões de pessoas morrem em virtude de enfermidades relacionadas ao trabalho, das quais 321 mil têm como consequência os acidentes de trabalho. Os dados compõem o *Informe Especial por Ocasão do Dia Mundial em Homenagem às Vítimas de Acidente de Trabalho*, publicado pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) em 2014.

BRASIL - O informe da OIT coloca o Brasil na quarta posição mundial em acidentes fatais de trabalho. O deputado Celinho do Sinttrocel (PCdoB), presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social na ALMG, lembra que, de acordo com dados da Previdência Social de 2013, foram registrados mais de 717 mil acidentes de trabalho no País.

“Como se não bastasse a tragédia humana que cada acidente representa, os custos



GUILHERME DARDANHAN

Minas registrou 73 mil acidentes de trabalho em 2014, com 340 mortes

gerados pelos acidentes de trabalho representam cerca de 3,8% do PIB do Brasil”, afirmou o parlamentar.

Os dados do MTPS de 2014 colocam Mi-

nas Gerais como o segundo estado com maior número de acidente de trabalho. No total, foram mais de 73 mil acidentes, que resultaram em cerca de 340 mortes de trabalhadores.

Subnotificação no País é preocupante

A relevância do tema torna-se mais concreta a partir de um estudo sobre acidentes de trabalho no Brasil em 2013, que comparou dados da Pesquisa Nacional de Saúde do IBGE, em parceria com o Ministério da Saúde, e do Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

A despeito das pesquisas terem utilizado diferentes bases de dados, a comparação mostrou números quase sete vezes maiores de acidentes de trabalho registrados pela Pesquisa Nacional de Saúde do que os registrados pelo anuário da Previdência Social. O estudo sugere que uma das justificativas para essa diferença seja a subnotificação do registro de acidentes.

Milton Ribeiro Marcelino é um exemplo do que mostram as estatísticas. Há quase 27 anos, quando trabalhava como eletricista da empresa Contemporânea de Engenharia, de Sete Lagoas (Região Central do Estado), ele sofreu um choque de alta tensão e teve que amputar duas pernas e um braço, aos 23 anos de idade.

Segundo Milton, no dia do acidente ele usava luvas furadas – cuja troca ele já havia solicitado à empresa – e botinas que ele mesmo havia comprado. Após 18 anos de espera em uma ação que moveu contra a empresa para a qual trabalhava e contra a Cemig, Milton foi indenizado e,



LUIZ SANTANA

Milton usava luvas furadas e sofreu choque de alta tensão

atualmente, recebe uma pensão vitalícia da concessionária.

Apesar de passados quase 27 anos, o ex-eletricista acredita que acidentes como o que sofreu continuam acontecendo e, muitas vezes, são omitidos pelas empresas.

Legislação é suficiente, mas falta fiscalização

Apesar de o Brasil registrar números alarmantes de acidentes de trabalho, o presidente da Associação Mineira de Engenharia de Segurança (Ames), João José Magalhães, afirma que o gargalo não está na legislação sobre o tema, mas sim na pouca fiscalização, na falta de treinamento dos profissionais e na forma como é feita a terceirização, que, para ele, privilegia o preço à técnica.

No que se refere à nova legislação sobre terceirização, o presidente da Ames acredita que, da forma como foi aprovada, a tendência é de aumento do número de acidentes, principalmente daqueles fatais. Segundo ele, como a premissa da terceirização é a redução de custos, muitas vezes o trabalhador fica sujeito a um risco maior, já que a segurança e a prevenção são deixadas em segundo plano.

Magalhães avalia que, apesar de a legislação prever o direito da recusa do trabalhador na execução de uma atividade que não lhe dê condições adequadas de saúde e segurança, na prática, a relação entre o capital e o trabalho faz com que o funcionário se sujeite a condições inadequadas de trabalho.

PÁGINA PREPARADA PELA GERÊNCIA DE JORNALISMO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

MINAS GERAIS
GOVERNO DE TODOS

PODERES DO ESTADO
Executivo
GOVERNADOR FERNANDO PIMENTEL
Legislativo
DEPUTADO ADALCLEVER LOPES
Judiciário
DESEMBARGADOR HERBERT CARNEIRO

Secretário de Estado de Casa Civil
e de Relações Institucionais
MARCO ANTÔNIO DE REZENDE TEIXEIRA
Subsecretário de Imprensa Oficial
TANCREDO ANTÔNIO NAVES